

# A RELAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA: O CASO UFRJ-PETROBRAS

**Mauricio Marques de Faria**

Doutorando HCTE/UFRJ

mdfaria@gmail.com

**Dr. José Carlos de Oliveira**

Orientador HCTE/UFRJ

jcarlos@dee.ufrj.br

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é a comunicação de pesquisa de doutorado, que pretende examinar a relação, em perspectiva, existente entre a universidade e empresas que necessitam continuamente de desenvolvimentos técnicos e científicos para levar a cabo seus objetivos de produção de bens. Isso implica em investigar, historicamente, como ocorre o repasse dos conhecimentos produzidos em universidades para as empresas e como tanto a universidade quanto as empresas e a sociedade se beneficiariam nessa relação.

Especificamente analisaremos as relações de cooperação entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e a empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, através dos acordos celebrados com o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello - Cenpes. Serão investigados os seguintes temas: o papel da universidade na sociedade, a relação conflituosa entre universidade e empresa, a relação entre educação, capital e governo, além do histórico do relacionamento UFRJ-Petrobras.

Segundo Bauman, num mundo em que o capital não tem domicílio fixo e os fluxos financeiros estão bem além do controle dos governos nacionais, muitas das alavancas da política econômica não mais funcionam. A nação-estado parece que se está desgastando ou talvez definhando. As forças erosivas são transnacionais. (BAUMAN, 1999, p.64)

Neste quadro, marcado pela globalização econômica, as políticas neoliberais e a falência do Estado Providência a crescente mercadorização do conhecimento e o declínio dos financiamentos federais levam ao aumento de financiamentos e contratos vinculados, numa intensificação do capitalismo acadêmico, e uma mudança gradual da autonomia para a heteronomia (como sujeição a controles e imposições externas). (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004, p.998)

Algumas questões deverão ser discutidas durante a realização do trabalho, tendo como pano de fundo e campo de provas à cooperação UFRJ-Petrobras: Ocorreu, e de que forma, uma proposição de políticas públicas para ciência e tecnologia? Existiu uma política científica e tecnológica brasileira? Teve ela um enfoque quantitativo de produção? Foi de caráter centralizador? Ocorreu algum tipo de controle social sobre a atividade científica? Foi a ciência subordinada a objetivos politicamente definidos? Foram estabelecidos objetivos de longo prazo? Foi um desenvolvimento dependente baseado em posturas miméticas? O corpo técnico constituído visava uma utilização prática?

Empresas intensivas em tecnologia ou que enfrentam uma concorrência globalizada deparam-se frequentemente com a necessidade de escolher um caminho que leve ao desenvolvimento tecnológico como fonte de vantagem competitiva. Dentre as opções existentes, a cooperação seria uma forma de acesso à tecnologia e à inovação. Comumente a cooperação é resultante de ações conjuntas de diferentes atores: no caso, empresa, universidade e governo, em modelos de arranjo interinstitucionais de natureza distinta, com finalidades diferentes e formatos bastante diversos. A pesquisa buscará identificar de que forma esta cooperação se deu no caso UFRJ-Petrobras.

Será verificado, ainda, se no período proposto a Petrobras ampliou os recursos externos de P&D em resposta ao aumento da competitividade mundial e dos projetos de desenvolvimento nacional, e de outro, se as universidades tornaram-se mais importantes para as indústrias como provedor de P&D. E, finalmente, se o governo tem atuado como motivador dessa interação.

Haverá que se examinar se o Cenesp, como parte de uma proposta governamental, atuou como parte da proposta de Ciência e Tecnologia, idealizada por parte da comunidade científica, de se acreditar na indústria nacional, na mão-de-obra nacional e na geração de emprego e renda no Brasil. Utilizaremos como base inicial da discussão a proposta de Boaventura de Sousa Santos de uma crise de hegemonia na universidade, que se encontra num dilema entre a produção de alta cultura necessária a formação das elites de um lado, e a produção de padrões culturais médios e conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista, de outro.

## **O CONCEITO DE UNIVERSIDADE**

Para analisarmos o papel da universidade na sociedade, precisamos entender sua evolução histórica. Ao falar de universidade nos referimos a uma multiplicidade de instituições e

organismos escolares, muito diversos pela sua antiguidade, procedência, e condições materiais e didáticas em que dispensam o seu ensino. Para Pinto (1986, p.9), entretanto, sociologicamente, suas condições são na prática idênticas.

O hábito de visualizar a universidade em termos funcionais tornou-se tão amplamente difundido que pode se passar por verdade histórica. Se a universidade moderna encara a sua missão como fornecedora de funcionários públicos, administradores e tecnólogos para o país, a universidade medieval existiu para preparar religiosos, canonistas, monges e frades, professores e mestres. (MINOGUE, 1981, p.8)

A Universidade medieval não investiga (o que não significa que não se investigasse na Idade Média), ela se ocupa muito pouco de profissão; tudo é “cultura geral”. Mas, o que hoje se chama “cultura geral” não o era para a Idade Média. Pelo contrário, constituía o sistema de ideias sobre o mundo e a humanidade que o homem de então possuía. (ORTEGA Y GASSET, 2003, p.47)

Ainda segundo Minogue (1981, p.15), embora os detalhes sejam obscuros, está claro que a instituição das universidades, resultou de um entusiasmo espasmódico pela educação, que já aparecera em outras épocas nas cortes bárbaras da Europa. No séc. XII, um conjunto de esforços intelectuais culminou no estabelecimento do *studia generalia*, que atraíram estudantes de toda Cristandade.

Na visão de Teixeira (1989, p.87) a universidade, originariamente, nada mais foi do que um centro de licenciamento do magistério. A cultura em vias de consolidação no séc. XI exigia seus mestres e seu fim nunca deixou de ser este. As outras profissões vinham depois, como desenvolvimentos de profissão básica do saber, como profissões de aplicação do saber.

Se a Idade Média tinha valorizado as universidades por causa de seu afastamento do mundo e de seus esforços, os homens modernos objetaram que as universidades estavam carentes de reforma, pela razão exatamente oposta: não contribuía para o que era encarado como um esforço cooperativo, do qual não podia ser permitida a exceção de nenhuma instituição ou indivíduo, de trabalhar pela riqueza e pelo poder nacionais. (MINOGUE, 1981, p.24)

Como indica Teixeira, na Europa:

Quando nas alturas do fim do século XVIII, a sociedade entra em nova fase de grande transformação que se vinha elaborando desde o século XVI, mas que no século XVIII teve seu florescimento característico, essa universidade encontra-se em completa decadência. A Revolução Francesa fecha a Universidade de Paris, assim como as Universidades de Oxford e Cambridge já quase tinham sido fechadas. De fato, a universidade que realizada na Idade Média extraordinária obra de unificação do pensamento ocidental (...) não consegue viver à altura das novas exigências da sociedade, que se encaminhava para a grande transformação -

nacional, democrática e industrial – cujas verdadeiras raízes encontravam-se na revolução científica do conhecimento humano. Somente no início do século XIX a universidade vem efetivamente a renascer com a Universidade de Berlim, já como expressão do nacionalismo nascente do povo germânico e do novo espírito de descoberta do conhecimento. (...) A sociedade estava se transformando, a pesquisa ia voltar a essa universidade até então toda debruçada sobre o passado, para projetá-la para o futuro. (TEIXEIRA, 1989, p.81-2)

Segundo Derrida (2003, p.13) por universidade moderna entendamos aquela cujo modelo europeu, depois de uma história medieval rica e complexa, tornou-se preponderante, ou seja, clássica, há dois séculos, em Estados de tipo democrático. O ensino superior consiste atualmente no ensino de profissões intelectuais, na investigação científica e a preparação de futuros investigadores, e no cultivo da ciência mesma, onde investiga-se e ensina-se a investigar. O ensino superior consiste em profissionalismo e investigação, juntando e fundindo duas tarefas tão díspares. (ORTEGA Y GASSET, 2003, p.45-6)

## **A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

O surgimento da universidade no Brasil obedece a uma dinâmica muito diferente da ocorrida na Europa:

O poder monárquico, para impedir qualquer desenvolvimento autônomo de terra brasileira, fecha suas fronteiras, torna obrigatória a naturalidade portuguesa dos funcionários, monopoliza o comércio e nega a permissão em suas novas terras para a fábrica, a tipografia, a imprensa e a universidade, pondo assim a Colônia em tão estreita dependência da Metrópole, que ela afinal, de certo modo, se integra - com sua nobreza, o seu clero e o grupo de burocratas e letrados todo ele formado na Metrópole – ao pequeno e poderoso Portugal. (TEIXEIRA, 1989, p.56)

Até os começos do séc. XIX, a universidade do Brasil foi a Universidade de Coimbra, onde iam estudar os brasileiros, depois dos cursos no Brasil nos reais colégios dos jesuítas. É difícil caracterizar-se a filosofia da universidade no Brasil como distinta da filosofia portuguesa. A Universidade de Coimbra era a universidade do império português e sua grande força unificadora. A chegada da corte portuguesa ao país em 1808 não muda esse quadro. (TEIXEIRA, 1989, p.65)

Ainda segundo Teixeira (1989, p.67) o longo hábito de somente contar com a Universidade de Coimbra tenham levado a uma atitude de prudência, de julgar o Brasil em condições de manter uma universidade. Cursos profissionais de Medicina, Engenharia, Direito pareciam mais pragmáticos e suscetíveis de serem criados num lugar onde faltariam as bases para a implantação de uma universidade. A criação da solução substitutiva das escolas superiores profissionais isoladas e independentes parece ter criado uma tradição antiuniversitária no Brasil.

Apenas na década de 1930 surgem as primeiras universidades, no Rio e São Paulo, e ainda assim a universidade desempenhou suas funções nas únicas condições objetivas que lhe eram então oferecidas, procriando as gerações componentes das classes econômicas e culturalmente dominantes, moldando-lhes o raciocínio e provendo-as dos parcos conhecimentos então exigidos para o sucesso social. (PINTO, 1986, p.14) Não é possível deixar de reconhecer o quanto a falta de real experiência da universidade ao tempo da Colônia, salvo as tentativas dos jesuítas antes de Pombal, tornou difícil ao país vir a conceituar com precisão a ideia de universidade como instrumento de incorporação de sua cultura nacional e instituição de seu desenvolvimento e controle. (TEIXEIRA, 1989, p.92)

É preciso transformar a universidade em sua essência, fazê-la deixar de ser um centro distribuidor da alienação cultural do país, para convertê-la no mais eficaz instrumento de criação de uma nova consciência, interessada em modificar a estrutura social antiga e injusta por outra, humana e livre. A reforma universitária necessita criar, com plena liberdade, sua cultura própria, não tem primordialmente finalidade pedagógica, mas sim uma finalidade política. (PINTO, 1986 p. 15)

## **A UNIVERSIDADE EM CRISE**

Essa inversão de finalidade, que se assenta na dependência financeira do Estado, conjugada com a tendência de mercadorização do ensino, como indicado por Santos, Pinto, Schugurensky e Naidorf, confronta a universidade com três crises, na opinião de Santos:

A universidade se defronta com três crises. A primeira de hegemonia: de um lado, a produção de alta cultura necessária à formação das elites, do outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. A segunda de legitimidade: da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credenciação das competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades. A terceira, institucional: pela contradição entre a reivindicação de autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social. A crise institucional monopoliza as atenções e os propósitos reformistas. (SANTOS, 2004, p.13-5).

A prevalência da crise institucional, ainda segundo Santos, seria o resultado da junção e agravamento, nela, das duas outras crises, como o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento

econômico neoliberal, num ambiente de maior competição, provocado pela redução global nos fundos e pelo aumento das demandas sociais. (SANTOS, 2004, p.18)

Neste quadro, as universidades foram pressionadas pelos governos a estabelecerem vínculos mais fortes com as empresas, buscando fontes alternativas de financiamento, num movimento que se caracterizou pela intensificação da transferência de tecnologia das universidades para a empresa e a comercialização do trabalho acadêmico. Assim, as empresas particulares fornecem capitais ou financiamentos operacionais às universidades em troca de uma influência na direção das pesquisas e licenças exclusivas sobre as descobertas patenteáveis feitas nos laboratórios. (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004, p.1001)

O Brasil é um caso representativo da tentativa de se aplicar a lógica da falta de “retorno”, para impedir o aumento de recursos públicos para a universidade, apresentando-se como solução a ampliação do mercado universitário, na tentativa de eliminar a gratuidade do ensino público. (SANTOS, 2004, p.24-5)

Mas a crise não se limita a questões político-econômicas, contando também com fatores internos:

Esse processo histórico que vulnerabilizou a universidade pública contou com sua própria ajuda, pois ao contemporizarem com a mediocridade e a falta de produtividade muitos docentes, se isolaram socialmente; também contribuíram a arrogância que revelaram na defesa de privilégios e de interesses corporativos socialmente injustos, pela ineficiência no uso dos meios disponíveis, pela falta de democracia interna e sujeição a interesses e projetos partidários, pela apatia, cinismo e individualismo com que muitos docentes passaram ao lado dessas realidades. (SANTOS, 2004, p.21).

Como resposta a crise, Santos propõe uma passagem do conhecimento universitário para o “pluriversitário”, contextual e transdisciplinar cujo princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Como essa aplicação ocorre fora da universidade, à iniciativa da formulação dos problemas a serem resolvidos e seus critérios de relevância são resultados de uma partilha entre pesquisadores e usuários. A sociedade deixa de ser um objeto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência. (SANTOS, 2004, p.41-2)

## **A UNIVERSIDADE E A EMPRESA**

Dos anos 1950 aos 1970 as universidades deveriam ter um grau elevado de autonomia institucional e desempenhar um papel democratizante, ser um bem público para melhorar o público, afirmam Schugurensky & Naidorf (2004, p.1016); No final dos anos 1970, o contrato social dos Estados começou a entrar em crise, e as políticas neoliberais implementadas nos EUA e Inglaterra marcaram o início de uma nova era global, com uma ideologia explicitamente favorável ao

mercado. Surgiu a crença neoliberal na superioridade das dinâmicas do mercado sobre a autonomia acadêmica, que passou a ser considerada irrelevante e centrada em si mesma.

Dessa forma, ainda segundo Schugurensky & Naidorf (2004, p.999), as mudanças que levaram a uma mudança na cultura acadêmica surgem num contexto de disputas e negociações constantes entre as pressões externas e as escolhas éticas e intelectuais dos pesquisadores acadêmicos. Essas alterações foram devidas as crescentes pressões para tornar os orçamentos “autossustentáveis”, tornando uma cultura que era indiferente e até contrária ao estabelecimento de vínculos mais estreitos com a empresa, propensa a aceitar esses vínculos como uma realidade inevitável e muitas vezes até desejável.

Segundo Bauman (apud WRIGHT, 1999, p.65), o mercado não é tanto uma interação de barganha de forças competidoras quanto pressões de demandas manipuladas, artificialmente criadas, e desejo de lucrar rápido. As quase soberanias, as divisões territoriais e a segregação de identidades promovidas e transformadas num *must* pela globalização de mercados e da informação não refletem uma diversidade de parceiros iguais. O que é opção livre para alguns abate-se sobre outros como destino cruel. Assim, a liberdade acadêmica é vista como um obstáculo à empresarialização da universidade e à responsabilização da universidade ante as empresas que pretendem os seus serviços (SANTOS, 2004, p.32), nem sempre voltados aos interesses nacionais ou preocupado com o trabalho universitário que não seja ligado à tecnologia aplicada.

É preciso, então, verificar as relações existentes entre universidade e empresa num contexto social mais amplo, conectadas a um projeto nacional de desenvolvimento e na formação de cidadãos críticos e ativos. Como lembra Santos (2004, p.42-3) à medida que a ciência se insere mais e mais na sociedade, esta insere-se mais na ciência, exigindo um nível de responsabilização social mais elevado.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BAUMAN Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 145p.
- MINOGUE, Kenneth. O conceito de universidade. Universidade de Brasília, 1981. 171p.
- ORTEGA Y GASSET, José. Missão da universidade e outros textos. Coimbra: Angelus Novus, 2003. 143p.
- PINTO, Álvaro Vieira. A questão da universidade. São Paulo: Cortez, 1986. 102p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004. 106p.

SCHUGURENSKY, Daniel; NAIDORF, Judith. **Parceria universidade-empresa e mudanças na cultura acadêmica: análise comparativa dos casos da Argentina e do Canadá.** *Educação e Sociedade* [online]. 2004, vol.25, n.88, pp. 997-1022. disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000300016>>. Acesso em 30 ago. 2011.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.* Rio de Janeiro: FGV, 1989. 186p.